



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÃO E CONTRATO**

Referência: Processo nº 00087.000800/2016-93
Pregão, na forma eletrônica, nº 054-2016 – SA

IMPUGNAÇÃO Nº 01

Trata-se da análise da impugnação, interposta tempestivamente, ao Edital do Pregão em epígrafe que tem por objeto a seleção e contratação de empresa para fornecimento de material de lanternagem e pintura automotiva.

A Impugnação foi apresentada tempestivamente, observando os termos da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 5.450/2005 e item 12 do Edital.

I – DO PLEITO

A Impugnante, após análise do edital, apresenta seus argumentos, que passamos a transcrever, em resumo, conforme segue:

(...)

DOS MOTIVOS DA IMPUGNAÇÃO

Nossa empresa interpõe IMPUGNAÇÃO ao pregão eletrônico 054-2016, referente o prazo de envio das mercadorias, pois, informamos que nossos fornecedores solicitam em prazo MINIMO de 3 (TRÊS) dias para realização da entrega dos produtos a nossa empresa, e as transportadoras para conclusão da entrega um prazo de 10 (DEZ) dias referente a distancia de nossos municípios (CURITIBA-PR) a (BRASÍLIA – DF).

3 É visto em nossa legislação trabalhista que os MOTORISTAS tenham seus direitos às horas de sono, conforme LEI 12.619/2012:

A Lei 12.619/2012 considera como trabalho efetivo o tempo que o motorista estiver à disposição do empregador, excluídos os intervalos para refeição, repouso, espera e descanso. Ficando assegurado ao motorista profissional intervalo mínimo de 1 (uma) hora para refeição, além de intervalo de repouso diário de 11 (onze) horas a cada 24 (vinte e quatro) horas e descanso semanal de 35 (trinta e cinco) horas.

Ademais, os intervalos para repouso ou alimentação poderão ser fracionados quando compreendidos entre o término da primeira hora trabalhada e o início da última hora trabalhada, desde que previsto em convenção ou acordo coletivo de trabalho, ante a natureza do serviço e em virtude das condições especiais do trabalho a que são submetidos estritamente os motoristas, cobradores, fiscalização de campo e afins nos serviços de operação de veículos rodoviários, empregados no setor de transporte coletivo de passageiros, mantida a mesma remuneração e concedidos intervalos para descanso menores e fracionados ao final de cada viagem, não descontados da jornada.

Isso totaliza um prazo de 15 (QUINZE) dias.

O prazo estabelecido pela Administração Pública afeta os princípios perante a LEI 8666/93, pois segundo o EDITAL o prazo de entrega é de 3 (TRÊS) DIAS após o recebimento da nota de empenho no qual trás ÔNUS á nossa empresa e afeta os princípios da competitividade.

DO PEDIDO

Face ao acima exposto, em respeito aos princípios constitucionais da isonomia e economicidade bem como à legislação complementar já referida, pede que Vossa Senhoria se digne rever os Atos deste Órgão, como possibilita a Lei, e, por justiça:

a) Seja “DEFERIDO” nossa solicitação de prorrogação de prazo da entrega da mercadoria, com intuito de ampliação da disputa e a participação de empresas especializadas pelo fornecimento que comprovadamente reúnam condições para licitar e contratar com este Órgão, observadas as questões de garantias, especificação e qualidade, bem como todas as normas técnicas brasileiras vigentes;

c) Determinar, que nas futuras licitações, para efeito de habilitação dos interessados, abstenha-se de fazer exigências que excedam aos limites fixados nos artigos. 27 a 33 da Lei nº 8.666, de 1993;

19. Supletivamente, sendo necessário, sejam encaminhadas as anexas razões à apreciação da autoridade superior, forte no que dispõe o art. 109 da Lei 8.666/93, para que analise e decida em última instância, no intuito de reformar a regra ora impugnada.

(...)

II – DA APRECIÇÃO

Considerando tratar-se de assunto eminentemente técnico, referente à fase de planejamento da contratação, submetemos a impugnação à área requisitante da demanda, a qual se manifestou nos seguintes termos, *verbis*:

Em resposta ao pedido consignado na impugnação relativa ao pregão nº 054/2016, cujo objeto consubstancia-se na seleção e contratação de empresa para fornecimento de material de lanternagem e pintura automotiva, e ainda, a fim de auxiliar na tomada de decisão do pregoeiro conforme item 13.1.1 do Edital, esta área técnica vem prestar os seguintes esclarecimentos:

1) O prazo de 03(três) dias úteis para a entrega dos materiais estabelecido no Termo de Referência visa garantir a manutenção, de forma ininterrupta, da prestação dos serviços realizados por esta Coordenação.

2) Conforme verificado em anos anteriores, a fixação de prazos superiores aos ora estabelecidos prejudica os serviços, ocasionando atrasos na realização de reparos nos veículos.

3) Cumpre destacar que a paralização da manutenção da frota, em razão de espera de entrega dos materiais, por período superior ao consignado no edital, poderá resultar em aumento de custos para a Administração.

Nesses termos, e em observância ao princípio da economicidade, entende esta Coordenação que o prazo fixado no Edital não deve ser alterado.

Por derradeiro, considera esta Coordenação que o pedido de impugnação apresentado por interessada em participar da licitação, não merece prosperar.

Verifica-se que tal exigência não é excessiva e nem tem por objetivo restringir o caráter competitivo do certame e nem tão pouco ferir a lisura do procedimento licitatório, trata-se na verdade de exigência indispensável à garantia da execução do objeto.

Diante do exposto e conforme manifestação da área requisitante, verifica-se que as condições definidas no edital estão de acordo com o princípio da isonomia e da ampla competitividade, a luz do art. 3º da Lei n.º 8.666/93, não prosperando os argumentos da impugnação de que a cláusula editalícia do Pregão Eletrônico nº 054/2016 poderá restringir o caráter competitivo da licitação.

III – CONCLUSÃO

Analisadas as alegações da Impugnante, **CONHEÇO** a impugnação por ser tempestiva e estar nos moldes legais para, no mérito, julgar **IMPROCEDENTE**, conforme argumentações apresentadas neste instrumento de análise.

Brasília, 05 de janeiro de 2017.

Vesper Cristina B. Cardelino
Pregoeira